

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS: Um Estudo Sobre a Percepção dos Alunos do Curso de Ciências Contábeis das Instituições Públicas UEPB e UFCG.

Marcelly Nóbrega de Medeiros
Graduanda em Ciências Contábeis UEPB
marcellyjp@hotmail.com

**Campina Grande – PB
2014**

MARCELLY NÓBREGA DE MEDEIROS

CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS: Um Estudo Sobre a Percepção dos Alunos do Curso de Ciências Contábeis das Instituições Públicas UEPB e UFCG.

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
apresentado ao Departamento do Curso de
Ciências Contábeis, da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau
de bacharel em Ciências Contábeis.

**Campina Grande – PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M488c Medeiros, Marcellly Nóbrega de
Convergência das normas Contábeis [manuscrito] : um estudo sobre a percepção dos alunos do curso de ciências contábeis das instituições públicas UEPB E UFCG / Marcellly Nobrega De Medeiros. - 2014.
22 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.
"Orientação: Profa. Ma. Lúcia Silva Albuquerque, Departamento de Contabilidade".

1. Convergência. 2. Normas contábeis. 3. Método de ensino. I. Título.

21. ed. CDD 657

MARCELLY NÓBREGA DE MEDEIROS

**CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS: Um Estudo Sobre a Percepção
dos Alunos do Curso de Ciências Contábeis das Instituições UEPB e UFCG.**

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sendo aprovado em sua forma final.

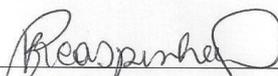


Professor Msc. José Elínilton Cruz de Menezes
Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso

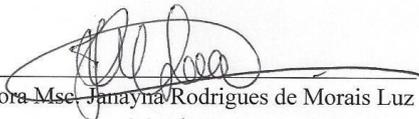
Professores que compuseram a banca:



Professora Msc. Lúcia Silva Albuquerque
Orientadora



Professora Msc. Karla Roberta Castro-Pinheiro Alves
Membro



Professora Msc. Janayna Rodrigues de Moraes Luz
Membro

Campina Grande – PB, 24, Julho de 2014

RESUMO

NOBREGA DE MEDEIROS, Marcelly. **Convergência das normas contábeis: Um Estudo Sobre a Percepção do nível de conhecimento dos alunos do Curso de Ciências Contábeis das Instituições Públicas UEPB e UFCG.** 2014. 21 Folhas. Trabalho de conclusão de curso – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande - PB, 2014.

Dada a obrigatoriedade em atender as exigências decorrentes da convergência às normas internacionais de contabilidade, nota-se o empenho das academias em instruir os discentes na operacionalização dos procedimentos contábeis. Este artigo se propõe a analisar a Percepção do nível de conhecimento dos Alunos do Curso de Ciências Contábeis das Instituições Públicas UEPB e UFCG sobre a Convergência das Normas Contábeis. O método da pesquisa foi descritivo com delineamento bibliográfico. A abordagem do problema foi quantitativa com obtenção de dados através de questionário estruturado. Tendo como universo de pesquisa os alunos matriculados do 4º ao 9º período das Universidades Públicas do Estado da Paraíba do Curso de Ciências Contábeis. A tabulação e análise dos dados foram realizadas por meio da ferramenta *Microsoft Excel 2007*. Os principais resultados demonstram que a percepção do nível de conhecimento dos alunos está classificado como “bom” em relação as Normas Contábeis, porém foi identificado dificuldades para compreensão de alguns pronunciamentos. Apenas três alunos da UEPB – Campus Campina Grande representado 1% do total da amostra acertaram o questionário em sua totalidade.

Palavras-chave: Convergência. Normas Contábeis. Método de Ensino.

1 INTRODUÇÃO

O Cenário econômico mundial passa por grandes transformações, a globalização diminuiu as fronteiras para o negócio, a contabilidade está diante de novos desafios e está passando por uma grande revolução que é a Convergência a Normas Internacionais.

Niyama (2007) afirma que a Contabilidade é considerada a linguagem dos negócios e diante dos mercados globalizados é utilizada como ferramenta no processo de tomada de decisões em nível internacional. Porém, essa linguagem é divergente entre os países uma vez que possuem práticas contábeis próprias e diferentes entre si.

Diante de tais diferenças, percebe-se a existência de critérios divergentes e próprios para reconhecer e mensurar um mesmo fato. Assim, a ausência de uniformidade das normas e procedimentos contábeis compromete a comparabilidade das informações apresentadas através das demonstrações financeiras (AVELINO et al., 2010).

Partindo desse princípio diversos organismos internacionais estão empenhados com a harmonização das normas contábeis.

Barth (2008) ressalta a importância do processo de convergência internacional da Contabilidade, pois além de melhorar o funcionamento dos mercados de capitais globais, fornece uma melhor informação aos investidores e outros usuários das demonstrações financeiras.

No Brasil, o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade teve início com as alterações da lei das Sociedades Anônimas (6.404/76), promovidas pelas leis 11.638/07 e 11.941/09.

A nova legislação determinou que a CVM – Comissão de Valores Mobiliários – adotasse a normatização contábil de acordo com os padrões internacionais, permitindo ainda que os reguladores fizessem convênio com a entidade que estudava e produzia tais normas. Esse dispositivo legal permitiu que o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, criado em 2005, passasse a ser o principal órgão tradutor das normas internacionais no Brasil. O direcionamento do CPC é para a convergência total com as normas produzidas pelo IASB.

Leite (2002) afirma que diante da globalização dos mercados torna-se inevitável a padronização contábil entre os países, de modo que sejam utilizadas normas transparentes e comparáveis em todo o mundo.

Portanto, entende-se por harmonização contábil o processo que busca um acordo entre os padrões contábeis internacionais mediante um conjunto comum de princípios preservando as particularidades de cada país. (VILLELA, 2007).

Neste contexto, tendo em vista a relevância e as mudanças contábeis provocadas pela convergência, a presente pesquisa apresenta o seguinte problema: **Qual a percepção do nível de conhecimento dos alunos de contabilidade das Instituições Públicas UEPB e UFCG, com relação ao processo de convergência das normas contábeis?**

Considerando o problema de pesquisa proposto, o objetivo geral desse estudo é analisar a percepção do nível de conhecimento dos Alunos do Curso de Ciências Contábeis das Instituições Públicas UEPB e UFCG sobre a Convergência das Normas Contábeis. Os objetivos específicos são: (i) identificar o perfil dos alunos das Universidades Públicas da Paraíba com relação ao gênero e faixa etária; (ii) verificar o método de ensino-aprendizagem dos docentes das Universidades pesquisadas; (iii) descrever a percepção do nível de conhecimento dos discentes pesquisados sobre a Convergência das Normas Contábeis.

O presente trabalho contribui para o meio acadêmico, pois se trata de um assunto que representa uma etapa no processo de evolução da contabilidade e está em grande discussão, tendo em vista que o meio acadêmico deve estar em consonância com as mudanças ocorridas na contabilidade, para preparar melhor os futuros profissionais contábeis.

Giroto (2007) já ressaltava a necessidade do contabilista e demais profissionais da área contábil estarem preparados para as mudanças implantadas, bem como os envolvidos no âmbito de formação acadêmica.

Mohamed e Lashine (2003), por exemplo, afirmam que as faculdades são responsáveis por diminuir o espaço entre as habilidades desenvolvidas nos cursos superiores e as exigidas no mercado profissional.

Na próxima seção é feita uma breve revisão sobre a temática da Convergência das Normas Contábeis. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Na sequência são expostos os dados coletados na pesquisa, bem como os seus respectivos resultados e as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O objetivo das demonstrações contábeis, conforme a Estrutura Conceitual do IASB - *International Accounting Standards Board* - “[...] é fornecer informações sobre a posição financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira de uma entidade que sejam úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões econômicas” (IASCF, 2010, p. 80).

Niyama e Silva (2011) afirma que os procedimentos de reconhecimento, a mensuração do evento e a evidenciação poderão ser diferentes no mundo. Neste caso, afirma que a Contabilidade não é homogênea. Isso pode ocorrer devido à existência de legislação diferente em cada país.

É baseado na análise das demonstrações contábeis em diversos países que surgiu a necessidade de uma linguagem universal, relatórios com mais informações para atenderem a clientes mais exigentes, mercado competitivo e avanços tecnológicos.

De acordo com Niyama e Silva (2011), a expansão das relações comerciais e internacionais no cenário globalizado, a necessidade de investimento e o avanço tecnológico que permite fácil acesso à informação, exige uma linguagem em comum entre países estabelecendo padrões contábeis uniformes.

2.1 O Processo de Convergência

Considerada como a linguagem universal dos negócios, a contabilidade vem passando por um processo de convergência das normas contábeis, por iniciativa de diversos países. O principal normatizador contábil no mundo é o IASB – *International Accounting Standards Board*, que emite as IFRS – *International Financial Reporting Standards*. (IFRS, 2011).

O IASB segundo Lemes e Silva (2007), é um organismo independente que tem como competência o desenvolvimento de normas compreensíveis e de alta qualidade através de informações que vão de encontro aos padrões da contabilidade, revisando as normas internacionais e a emitindo novas normas, de modo a formar um conjunto de normas contábeis a ser adotado para direcionar e padronizar a forma como as empresas abertas deveriam preparar e divulgar suas demonstrações financeiras.

Em 2005, sensibilizada pelo movimento europeu e internacional de adoção das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), e antevendo que o Brasil não ficaria fora dessa tendência, a CVM – Comissão de Valores Imobiliários, iniciou movimento no sentido de conhecer quais eram efetivamente as diferenças entre tais normas internacionais e as normas e práticas contábeis adotadas no Brasil. A necessidade de uma tomada de posição quanto às normas e práticas brasileiras era evidente, uma vez que muitas companhias brasileiras, ao irem ao mercado internacional, seja para lançamento de ações, outros papéis, ou mesmo para comprar e vender produtos e serviços, eram solicitadas a preparar demonstrações financeiras em outro conjunto de normas que fosse mais facilmente entendido pela comunidade internacional.

2.2 Criação do CPC e alterações da Lei 11.638/07

Ainda em setembro de 2005 foi criado no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com objetivo de emitir pronunciamentos de acordo com as Normas Internacionais visando agilidade no processo de convergência (LEMES; SILVA, 2007).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi Criado pela Resolução CFC nº 1.055/05 e idealizado a partir da união de esforços e comunhão de objetivos das entidades Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

Outra grande mudança foi com a promulgação da Lei nº 11.638/07, em 28 de dezembro de 2007. Que alterou de forma significativa as disposições da Lei nº 6.404/76 no que se refere à escrituração e elaboração das demonstrações financeiras para as sociedades ou conjunto de sociedades de grande porte, não somente as constituídas por ações (COSTA; CAMPOS; AMARAL, 2009).

O principal objetivo da nova Lei, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008, que teve sua origem com o projeto de Lei nº 3.741/2000, é a atualização das regras contábeis brasileiras e aprofundar a harmonização dessas regras com os pronunciamentos internacionais, em especial os emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), por meio dos *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Com relação às alterações da Lei 6.404/76 trazidas pela Lei 11.638/07, cabe ressaltar o seguinte:

“Art. 5º - Inclusão do Art. 10-A - A Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil e demais órgãos e agências reguladoras poderão celebrar convênio com entidade que tenha por objeto o estudo e a divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e de auditoria, podendo, no exercício de suas atribuições regulamentares, adotar, no todo ou em parte, os pronunciamentos e demais orientações técnicas emitidas.

Parágrafo único. A entidade referida no caput deste artigo deverá ser majoritariamente composta por contadores, dela fazendo parte, paritariamente, representantes de entidades representativas de sociedades submetidas ao regime de elaboração de demonstrações financeiras previstas nesta Lei, de sociedades que auditam e analisam as demonstrações financeiras, do órgão federal de fiscalização do exercício da profissão contábil e de universidade ou instituto de pesquisa com reconhecida atuação na área contábil e de mercado de capitais.”

Em 2008, o CPC começou a emitir pronunciamentos, orientações e interpretações que veio a centralizar a emissão de normas, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais. Segue abaixo a posição atual dos pronunciamentos técnicos já emitidos:

Quadro 01 – Pronunciamento Contábil emitido pelo CPC até 12/2012

CPC 00	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro
CPC 01	Redução ao Valor Recuperável de Ativos
CPC 02	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
CPC 03	Demonstração dos Fluxos de Caixa
CPC 04	Ativo Intangível
CPC 05	Divulgação sobre Partes Relacionadas
CPC 06	Operações de Arrendamento Mercantil
CPC 07	Subvenção e Assistência Governamentais
CPC 08	Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários
CPC 09	Demonstração do Valor Adicionado (DVA)
CPC 10	Pagamento Baseado em Ações
CPC 11	Contratos de Seguro
CPC 12	Ajuste a Valor Presente

CPC 13	Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08
CPC 14	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação (Fase I)
CPC 15	Combinação de Negócios
CPC 16	Estoques
CPC 17	Contratos de Construção
CPC 18	Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto
CPC 19	Negócios em Conjunto
CPC 20	Custos de Empréstimos
CPC 21	Demonstração Intermediária
CPC 22	Informações por Segmento
CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
CPC 24	Evento Subsequente
CPC 25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
CPC 27	Ativo Imobilizado
CPC 28	Propriedade para Investimento
CPC 29	Ativo Biológico e Produto Agrícola
CPC 30	Receitas
CPC 31	Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada
CPC 32	Tributos sobre o Lucro
CPC 33	Benefícios a Empregados
CPC 34	Exploração e Avaliação de Recursos Minerais
CPC 35	Demonstrações Separadas
CPC 36	Demonstrações Consolidadas
CPC 37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
CPC 38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
CPC 39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
CPC 40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
CPC 41	Resultado por Ação
CPC 42	Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária
CPC 43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41
CPC 44	Demonstrações Combinadas
CPC 45	Divulgação de Participações em outras Entidades
CPC 46	Mensuração do Valor Justo
CPC PME	Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas com Glossário de Termos

Fonte: CPC (2012)

As Normas Internacionais de Contabilidade passaram a ser efetivamente adotadas no final do exercício de 2010. De acordo com o comunicado do BACEN nº14.298/06 e Instrução da CVM nº 457/07, as instituições financeiras e companhias abertas devem adotar o padrão IFRS ao elaborar e divulgar suas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 2009 foi emitido o CPC PME - Contabilidade para pequenas e médias empresas, visto que as pequenas e médias empresas predominam na economia brasileira.

Desta forma o Brasil encontra-se num patamar diferenciado no tocante ao processo de convergência da contabilidade, quando se comparado, a outros países, ou como se encontrava

antes da criação do CPC. Porém, nem todo processo de harmonização ou convergência é infalível, em face da existência de peculiaridades entre os países participantes deste processo. É importante destacar que o processo de harmonização é distinto do processo de convergência. A harmonização permite a aproximação das normas e práticas entre os países, buscando preservar as particularidades inerentes de cada um, e possibilitando a reconciliação dos sistemas contábeis a fim de melhorar a troca de informações a serem interpretadas e compreendidas (NIYAMA, 2011).

2.3 Estudos Relacionados ao Tema

As pesquisas utilizadas, sobre o tema no Brasil, para composição do presente trabalho foram divulgadas em congressos científicos e na biblioteca eletrônica SPELL® *Scientific Periodicals Electronic Library*, que é um repositório de artigos científicos e proporciona acesso gratuito à informação técnico-científica. O Spell concentra produção científica das áreas de Administração, Contabilidade e Turismo, publicadas a partir de 2008. Grande parte das mesmas apresenta uma análise do impacto na contabilidade depois da convergência das normas internacionais. A palavra chave utilizada para busca dos artigos foi Convergência.

Na tabela 01 são apresentados os trabalhos encontrados sobre a Convergência das Normas Contábeis nos últimos cinco anos, 2009 a 2013, nos Congressos USP Controladoria e Contabilidade, Congressos ENANPAD e ANPCONT e na biblioteca eletrônica Spell. Os resultados achados apontam 53 artigos que tratam sobre essa temática. O ano que mais publicou foi o ano de 2012 com 16 publicações, seguido do ano de 2013 com 12 publicações e 2011 com 11 publicações. Em 2009 foi publicado apenas 6 trabalho, e 2010 com 8 publicações.

Tabela 01 – Quantidade de Trabalhos Divulgados sobre a Convergência das Normas Contábeis

EVENTO/ Produção Científica	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
ANPCONT	1	3	3	4	2	13
ENANPAD	0	2	2	4	2	10
USP	1	1	3	4	2	11
SPELL	4	2	3	4	6	19
TOTAL	6	8	11	16	12	53

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor.(2014).

Analisando as revistas, temos 19 artigos de revistas de um total de 34 artigos de congresso. Juntando ANPCONT, ENANPAD E USP. o congresso ANPCONT com 13 publicações e o congresso ENANPAD com 10 publicações. O congresso USP publicou apenas 11 trabalhos durante os cinco anos analisados. Outro ponto importante que essa

pesquisa revela é o baixo volume de artigos divulgados sobre o tema no ano de 2009, com apenas 6 publicações considerando todos os eventos. (Ver tabela 02 em anexo.)

Como as normas do CPC são muito recentes, a literatura sobre os pronunciamentos contábeis brasileiros baseados em normas internacionais ainda é reduzida no Brasil. Isso ocorre porque as companhias brasileiras utilizavam as normas locais e a literatura aborda essas antigas normas que estão praticamente em desuso. Com relação às IFRSs, a literatura é relativamente pequena no Brasil, porém ela tem aumentado em função: (i) da recente obrigatoriedade do uso das normas internacionais de contabilidade nos diversos países do mundo; (ii) da modificação introduzida na Lei das Sociedades por Ações (Leis 11.638/07 e 11.941/09); (iii) dos recentes requerimentos dos órgãos reguladores brasileiros; e (iv) da permissão da SEC para a utilização das IFRSs em vez do US GAAP.

3 METODOLOGIA

Foi realizado uma pesquisa descritiva com o objetivo de analisar a percepção do nível de conhecimento dos alunos do curso de Ciências Contábeis das Universidades Públicas da Paraíba, com relação ao processo de convergência das normas contábeis, realizou-se um estudo descritivo que segundo Santos (2005, p. 173) “na pesquisa descritiva é feita a descrição das características de uma determinada população, estudo descritivo de determinado fenômeno com suas variáveis”.

A abordagem do problema é quantitativa. O instrumento de coleta utilizado foi um questionário elaborado com base na pesquisa bibliográfica, principalmente no estudo de Pereira (2011).

A pesquisa foi estruturada com um delineamento bibliográfico e de levantamento de dados, utilizando-se de artigos.

O universo de pesquisa desse estudo são os discentes das Universidades Públicas do Estado da Paraíba que estão do 4º ao 9º período do Curso de Ciências Contábeis, presentes em sala de aula, na data da aplicação dos questionários. O tempo médio de resposta foi de 20 minutos.

O Estado da Paraíba dispõe de três Universidades Públicas, as quais possuem o Curso de Ciências Contábeis em seu campus. São elas:

- Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – Campus de Sousa;
- Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Campus I (João Pessoa) e Campus VI (Mamanguape);

- Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus I (Campina Grande) e Campus VI (Monteiro).

Contudo, para efeito de amostra, a pesquisa utilizou somente, o Campus I da UEPB, localizado em Campina Grande e o Campus de Sousa da UFCG. Nos Campus I da UFPB localizado na cidade de João Pessoa, Campus VI de Mamanguape da UFPB e Campus VI de Monteiro da UEPB não foi possível a aplicação dos questionários por razão de acessibilidade. Portanto, como o foco da pesquisa é identificar o perfil dos alunos das Universidades Públicas da Paraíba com relação ao gênero e faixa etária; verificar o método de ensino-aprendizagem dos docentes das Universidades pesquisadas; descrever a percepção dos discentes pesquisados sobre a Convergência das Normas Contábeis optou-se pelos alunos do 4º ao 9º período por entender que por já terem cursado disciplinas que em seus conteúdos estão atualizados com as novas normas como a disciplina Contabilidade Avançada, estariam mais aptos a responderem o questionário de pesquisa.

Nas Instituições selecionadas, estavam matriculados do 4º ao 9º período letivo de 2014.1 o total de 374 alunos (dados fornecidos pela coordenação), dos quais 216 estavam presentes na sala de aula no dia da aplicação dos questionários e responderam ao instrumento de pesquisa. A amostra (alunos que responderam ao questionário) representa 58% do universo (alunos matriculados do 4º ao 9º período letivo). Assim sendo trata-se de uma amostra não probabilística por acessibilidade, conforme mostra a tabela 03.

Tabela 03: Distribuição de Aluno por Universidade

Universidades	Alunos Matriculados	Que responderam à pesquisa	%
UFCG – Campus Sousa	145	80	21,39%
UEPB – Campus Campina Grande	229	136	36,61%
Total	374	216	57%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

3.1 Procedimento da Coleta de Dados

A pesquisa de campo teve como instrumento de coleta de dados o referido questionário, o qual está dividido em três grupos de questões:

1. Caracterização do Discente: objetivando identificar o perfil dos respondentes;
2. Identificação do Método de ensino-aprendizagem
3. Nível de Conhecimento sobre Convergência das Normas com dois tipos de perguntas retiradas de artigos, com vinte e duas perguntas de múltipla escolha para marcar de acordo o nível de conhecimento, e nove assertivas como confirmação.

Os questionários foram disponibilizados impressos aplicados na sala de aula.

A tabulação e análise dos dados foram realizadas por meio da ferramenta *Microsoft Excel 2007*.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Perfil dos Estudantes

Conforme já mencionado, o universo da pesquisa foi 374 sendo que a amostra do estudo foi composta por 216 estudantes matriculados no curso de graduação em Ciências Contábeis das Universidades Públicas da Paraíba, sendo 80 estudantes da Universidade Federal de Campina Grande, campus Sousa e 136 alunos da Universidade Estadual da Paraíba campus I localizada em Campina Grande. Na Tabela 04, detalha-se o perfil dos respondentes.

Tabela 04: Perfil dos Respondentes

Gênero	UEPB		UFCG	
	<i>fi</i>	%	<i>fi</i>	%
Feminino	65	48	43	53
Masculino	71	52	37	47
Total	136	100	80	100
Faixa Etária	<i>fi</i>	%	<i>fi</i>	%
Até 20 anos	30	22	12	15
21 à 24 anos	59	43	39	49
25 à 29 anos	28	23	19	24
30 à 34 anos	9	06	7	9
35 à 39 anos	4	02	2	2
Acima de 40 anos	6	04	1	1
Total	136	100	80	100
Período	<i>fi</i>	%	<i>fi</i>	%
Do 4° ao 5°	42	31	21	26
Do 6° ao 7°	60	44	18	22
Do 8° ao 9°	34	25	41	52
Total	136	100	80	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Nota-se que na UEPB a maioria dos alunos é composta pelo gênero masculino representando 52% e UFCG a maioria dos alunos é composta pelo gênero feminino representando 53% da amostra.

Quanto à faixa etária, na UEPB e UFCG, a maioria dos estudantes possui idade superior a 21 anos representando 43% e 49% respectivamente; enquanto 23% têm entre 25 e 29 anos na UEPB. Na UFCG 24% têm mais de 25 anos.

Nas Universidades em estudo o curso de Ciências Contábeis tem nove períodos, a maioria dos alunos estão matriculados entre o 6º e o 7º período na UEPB o que representa 44% e na UFCG 52% estão matriculados do 8º ao 9º. Vale ressaltar que o número de alunos matriculados na UEPB é maior por ter duas entradas semestrais manhã e noite e na UFCG apenas uma entrada anual.

Verificou-se, para demais seções do questionário, quais as afirmações foram mais ou menos escolhidas como resposta, ou seja, quais atitudes dos professores foram mais frequentes em sala de aula.

No que compete à caracterização da percepção do conhecimento sobre as Normas Contábeis a análise verificou, inicialmente o método de ensino-aprendizagem.

4.2 Identificação do Método de ensino-aprendizagem

Quanto às afirmações-respostas que trataram do método de ensino mais utilizados (ver tabela 05), a opção de Aula expositiva é a mais utilizada como método de ensino-aprendizagem com 38% na UEPB e 39% na UFCG os alunos definiram como o método utilizado a maior parte das vezes, e isso pode ser explicado porque a exposição oral dos conteúdos pelo professor, seguindo uma sequência fixa e predeterminada, enfatiza-se a necessidade de exercícios para memorização dos conteúdos.

Tabela 05 – Identificação do Método de ensino-aprendizagem

Com que frequência os professores utilizam como método de ensino:	UEPB						UFCG					
	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Aula Expositiva	6	10	19	13	38	14	3	5	16	13	39	24
Pequenos Grupos	5	30	38	20	7	2	0	41	41	13	5	0
Aula baseada em solução de problemas	3	13	40	23	20	0	13	28	36	18	5	0
Com que frequência é feita a fixação de conteúdo por:												
Listas de exercícios	0	4	10	39	38	9	0	5	18	15	32	30
Leituras adicionais	2	9	32	35	18	3	0	5	28	30	25	13
Estudo de Caso	2	8	25	29	29	8	7	34	20	29	10	0
Os professores dominam o conteúdo da disciplina	0	0	15	35	45	5	3	5	13	29	45	5
Compreendo com facilidade o conteúdo das disciplinas	5	0	18	45	23	9	0	5	39	34	18	13
Os professores cumprem o plano de ensino com rigor	0	18	45	27	5	5	3	11	19	36	28	3
Os professores discutem o plano de ensino e acolhem sugestões dos alunos quanto a metodologia, bibliografia, conteúdo e avaliação	5	36	32	18	0	9	14	19	43	14	8	3
As bibliografias adotadas em sala de aula são todas atualizadas com a Lei 11.638/07 e	0	0	18	55	18	9	0	14	19	30	24	14

11.941/09.												
O acervo bibliográfico da sua instituição de ensino é renovado após a mudança da legislação, como quando da publicação da Lei 11.638/07 e 11.941/09.	14	32	27	18	5	5	8	19	22	32	16	3
Após a promulgação da Lei 11.638/07, tenho participado de cursos/eventos sobre as IFRS e os CPC's	5	33	38	24	0	0	37	39	5	11	8	0
O professor utiliza em sala de aula demonstrações financeiras padronizadas em IFRS de empresas listadas na Bolsa de Valores para ilustrar o conteúdo ministrado	5	10	33	29	14	10	8	25	36	17	11	3

Legenda: 1 – Nunca (0%); 2 – Quase Nunca (menos de 20%); 3- Algumas Vezes (Menos de 50%); 4- A maioria das vezes (Acima de 51%); 5 – A maior parte das Vezes (próximo de 80%) e 6- Sempre (100%).

Fonte: Pesquisa de Campo, (2014)

Em relação à frequência feita da fixação do conteúdo a lista de exercícios liderou com 39 % como sendo utilizada a maioria das vezes na UEPB, na UFCG os alunos definiram a lista de exercícios também como a frequência utilizada a maior parte das vezes com 32%.

Ainda analisando a tabela 05 observa-se que com 45% dos alunos da UEPB e UFCG afirmam que os professores dominam o conteúdo da disciplina a maior parte das vezes, 45% na UEPB também definiram que compreende com facilidade o conteúdo a maioria das vezes, na UFCG a porcentagem cai para 39% e define que compreende algumas vezes o conteúdo. Em relação ao Plano de ensino 45% afirmam que quase nunca é cumprido a rigor, na UFCG 36% diz que a maioria das vezes é cumprido o plano de ensino a rigor. Quando é perguntado se os professores discutem o plano de ensino e acolhem sugestões dos alunos quanto a metodologia, bibliografia, conteúdo e avaliação na UEPB 36% afirma que quase nunca é discutido e na UFCG 43% algumas vezes o plano de ensino é discutido em sala. Na maioria das vezes é como foi definido a atualização das bibliografias adotadas em sala de aula, nas duas universidades 55% e 30% na UEPB e UFCG respectivamente. Em relação ao acervo bibliográfico 32% apontam que quase nunca é atualizado na UEPB enquanto na UFCG o acervo bibliográfico é atualizado a maioria das vezes com 32%. Os estudantes buscaram novos conhecimentos algumas vezes com 38% da UEPB e 39% da UFCG quase nunca participa de cursos e eventos para reciclagem do conhecimento. Quase nunca os professores utilizam em sala de aula demonstrações financeiras padronizadas em IFRS de empresas listadas na Bolsa de Valores para ilustrar o conteúdo ministrado nas duas faculdades.

Vale destacar que Laffin (2002) já discutia o processo de ensino aprendizagem sob três pontos: currículo, ensino e professor. No currículo e ensino destacava a disposição das áreas de conhecimento: o eixo são professores de diferentes áreas contribuindo para a

formação técnica isoladamente não permitindo a apropriação de conteúdos de forma integrada. Sugere a utilização do mapa de conceitos dentro das disciplinas e no projeto político pedagógico. Em outro ponto, o professor demonstra preocupação com sua formação e a maneira com que conduz sua prática, bem como, conhece sua concepção de sujeito no processo e os processos de aprendizagem.

4.3 Percepção dos Estudantes sobre o nível de Conhecimento da Convergência das Normas

A tabela 06, que representa a frequência das respostas da seção conhecimento em normas internacionais, revelou como os estudantes classificaram seu conhecimento sobre o assunto.

Tabela 06 – Nível de conhecimento sobre Convergência das Normas

Como você considera seu conhecimento nos seguintes conteúdos	UEPB						UFCG					
	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Estrutura conceitual para elaboração das demonstrações contábeis.	1	16	22	32	25	4	0	13	24	47	13	3
Redução ao valor recuperável dos ativos (<i>Impairment test</i>)	4	19	33	27	13	3	5	18	28	28	13	8
Demonstração dos fluxos de caixa	4	12	33	22	27	1	3	15	13	38	31	0
Ativos intangíveis	4	7	28	29	26	4	0	15	10	41	26	8
Arrendamento Mercantil.	10	6	40	24	15	6	10	26	10	23	28	3
Ajuste a valor presente	7	7	39	22	18	6	8	15	18	23	28	8
Contratos de construção	15	16	43	18	6	3	21	34	29	11	5	0
Combinação de Negócios (<i>Goodwill</i>).	3	10	33	27	16	10	5	13	26	31	21	5
Primazia da essência econômica das operações sobre a forma.	6	2	22	31	24	6	5	18	18	26	24	8
As normas contábeis não são mais elaboradas baseadas em regras ou leis	11	8	22	35	20	5	8	22	27	30	11	3
Mensuração a valor justo (<i>Fair value</i>)	6	4	27	37	16	9	6	11	34	37	11	0
Instrumentos e Derivativos Financeiros	4	12	37	27	13	6	11	30	27	30	3	0
Pesquisa e Desenvolvimento	6	9	34	25	22	3	0	25	33	31	11	0
Estoques	1	6	24	38	19	12	0	3	10	33	51	3
Ativo Imobilizado	0	3	19	31	30	16	0	5	18	28	38	10
Receitas	0	0	12	35	38	14	3	3	18	29	34	13
Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	5	8	36	29	20	3	5	13	38	23	18	3
Resultado por Ação	6	20	38	26	11	0	5	24	32	32	8	0
Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas	4	16	37	29	12	1	8	21	33	26	8	5
Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	8	15	32	29	9	6	8	15	26	21	28	3
Divulgação de Participações em outras Entidades	0	15	37	20	23	5	5	14	30	43	8	0
Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	8	21	35	19	11	6	18	28	18	28	8	0

Legenda: 1 – Pésimo; 2 – Ruim (menos de 20%); 3- Fraco (Menos de 50%); 4-Regular (Acima de 51%); 5 – Bom (próximo de 80%) e 6- Excelente (100%).

Fonte: Pesquisa de Campo, (2014)

Os pronunciamentos Redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment test*), Resultado por Ação, Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro foram considerados como “ruim” pelos alunos da UEPB, e consideraram como nível “bom” Demonstração dos fluxos de caixa, Ativo Imobilizado e Receitas. Na UFCG o nível “ruim” foi classificado para Contratos de construção, Instrumentos e Derivativos Financeiros e Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Para o nível “bom” foi analisado os pronunciamentos Estoques, Ativo Imobilizado e Receitas.

Analisando de um modo geral os maiores percentuais estão no nível ”3” (fraco), para UEPB e nível ”4”(regular) na UFCG, o que demonstra uma falta de segurança quando colocados frente aos pronunciamentos, o que pode ser explicado pela variável, após a promulgação da Lei 11.638/07, tenho participado de cursos/eventos sobre as IFRS e os CPC’s, conteúdo e avaliação na tabela 05 que apontam resultados de “algumas vezes” e “quase nunca” na UEPB e UFCG respectivamente, demonstrando que os alunos precisam buscar conhecimentos extra sala de aula para uma melhor preparação, o que também pode ajudar os alunos é serem mais ouvidos pelos professores para descobrir quais são as maiores dificuldades e como podem ser sanadas.

Apenas os Pronunciamentos Ativo Imobilizado e Receitas estão no nível “bom” para as duas universidades em estudo. Isso pode ser explicado por serem pronunciamentos mais antigos no CPC, porém isso não quer dizer que não houve atualizações.

Outro dado importante observado foi que apenas 5% dos estudantes afirma possuir um conhecimento “excelente” em algumas das normas. Isso é uma consequência do processo de ensino conduzido no Brasil. E por serem alterações consideradas recentes no meio acadêmico, à preparação da profissão contábil, da academia, das empresas e a sociedade como um todo ainda depende de profundas mudanças.

Em confronto com a tabela 06 que define um conhecimento divergente entre os alunos a tabela 07 apresenta outra visão para os pronunciamentos contábeis, essa tabela foi elaborada a partir das respostas de nove questões objetivas para os alunos definirem se a afirmação foi antes ou depois da Convergência das Normas Contábeis, a tabela abaixo mostra o percentual das respostas de cada universidade.

Tabela 07 – Nível de conhecimento sobre Convergência das Normas

Modificações ocorridas antes e depois da Convergência as Normas Internacionais de Contabilidade	UEPB				UFCG			
	Antes		Depois		Antes		Depois	
	<i>fi</i>	%	<i>fi</i>	%	<i>fi</i>	%	<i>fi</i>	%
Obrigatoriedade de apresentação da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para as companhias abertas.	44	32	92	68	10	12	70	88
Classificação das contas do Ativo e do Passivo nos grupos “Circulante” e “Não Circulante”.	68	50	68	50	45	56	35	44
O Ativo Permanente é composto pelos subgrupos “investimento, Imobilizado e Diferido”	126	93	10	7	51	64	29	36
Obrigatoriedade para as pequenas e médias empresas quanto à elaboração das seguintes demonstrações financeiras: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa, acompanhadas de Notas Explicativas.	15	11	121	89	10	12	70	88
No balanço as contas do Ativo serão registradas nos grupos Ativo Circulante, Realizável a Longo Prazo e Permanente, enquanto as contas do Passivo serão classificadas nos grupos Passivo Circulante, Exigível a Longo Prazo, Resultados de Exercícios Futuros e Patrimônio Líquido	78	57	58	43	38	48	42	58
Obrigatoriedade de divulgação da Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos (DOAR) para as companhias abertas.	68	50	68	50	35	44	45	55
Adequação da obrigatoriedade de apresentação das Demonstrações Financeiras às Micro e Pequenas Empresas.	44	32	92	68	26	32	54	46
Com relação às Demonstrações Financeiras, a entidade pode apresentar os componentes do resultado como parte de uma única demonstração do resultado abrangente ou em uma demonstração do resultado separada.	58	43	78	57	42	52	38	48
As demonstrações que fazem parte do conjunto completo de demonstrações financeiras para as companhias abertas no Brasil são: Demonstração de Resultado; Demonstrações de Resultado Abrangente; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração da Posição Financeira; Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido.	44	32	92	68	32	40	48	60

Fonte: Pesquisa de Campo, (2014)

Ao observar a tabela 07, nota-se que, dentre as afirmativas propostas, apenas em uma o percentual da resposta errada ultrapassou o percentual da certa para os estudantes da UEPB com 57% marcaram “depois” contra 43% “antes” para a afirmativa com relação às Demonstrações Financeiras, a entidade pode apresentar os componentes do resultado como parte de uma única demonstração do resultado abrangente ou em uma demonstração do resultado separada. Depois da IFRS segundo Lemes (2010) a entidade deverá divulgar suas receitas e despesas reconhecidas no período em uma única demonstração “Demonstração de Resultado

Abrangente” ou em duas demonstrações “Demonstração de Resultado do Período” e na “Demonstração de Resultado Abrangente”. Para os da UFCG, as dificuldades estão nas afirmativas com a nova estrutura do balanço patrimonial, divulgação da DOAR e Demonstração do resultado abrangente, na ordem as respostas seriam, antes, antes e depois, respectivamente. Dessa forma, verificam-se percentuais consideráveis de respostas corretas para as demais afirmativas, comprovando que os estudantes conhecem bem as principais mudanças introduzidas pelas Normas Internacionais de Contabilidade.

O maior nível de acertos para a UEPB está na afirmativa da estrutura do Ativo Permanente que conforme descrito está na estrutura de antes da nova norma com 93% das respostas, e na afirmativa da obrigatoriedade das demonstrações para as pequenas e médias empresas com 89%. Para os Alunos da UFCG duas afirmativas tiveram o mesmo percentual maior em relação as demais com 88% de respostas certas para as variáveis obrigatoriedade da DFC e DVA e para obrigatoriedade das demonstrações para as pequenas e médias empresas.

Analisando os resultados dessa questão de um modo geral, é evidente a predominância de acertos, o que confirma que apesar das modificações antes e depois da Convergência as Normas Internacionais, serem objeto de estudo recente o nível de conhecimento dos estudantes pesquisados pode ser considerado “bom”. Vale ressaltar que os resultados dessa questão classifica o nível do conhecimento dos estudantes melhor que as anteriores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou verificar a percepção do nível de conhecimento dos alunos do curso de Ciências Contábeis das Universidades Públicas da Paraíba, com relação ao processo de convergência das normas contábeis. Para tanto, realizou-se um estudo descritivo, com abordagem quantitativa dos dados, por meio de questionário estruturado.

Para atingir o propósito do estudo, foram traçados os caminhos a serem seguidos pelos objetivos específicos. O primeiro passo foi identificar o perfil dos alunos concluintes das Universidades Públicas da Paraíba com relação ao gênero e faixa etária, identificou-se que na UEPB a maioria dos alunos da pesquisa são do gênero masculino enquanto na UFPB a maioria é feminino em ambos a maioria dos estudantes estão entre 21 a 24 anos. Ao verificar o método de ensino-aprendizagem foi possível identificar o método de ensino Aula expositiva e Lista de Exercícios como o mais utilizado pelos docentes das duas universidades pesquisadas UEPB e UFCG, classificando como método tradicional. Ainda os alunos da UEPB afirmam que acervo bibliográfico da universidade ainda precisa de mais atualizações.

Outra precariedade dos alunos é a participação em cursos e eventos sobre as IFRS e os CPC's, nas UEPB os alunos quase nunca procuram e na UFCG algumas vezes realiza um curso.

A percepção dos discentes pesquisados sobre a Convergência das Normas Contábeis define um nível de conhecimento bom dos estudantes pesquisados. Ao observar os percentuais maiores e em maior numero de vezes para o nível "5" demonstra uma tendência de similaridade nas respostas com o conhecimento "bom" para, receitas e ativo imobilizado mostra que são princípios mais frequentes entre os alunos das duas universidades. E, ainda, um desconhecimento maior entre os pronunciamentos, conteúdos das normas como Arrendamento Mercantil, Contratos de Construção e As normas contábeis não são mais elaboradas baseadas em regras ou leis.

Uma análise mais profunda pode ser realizada para comprovar se adotado o método de ensino tradicional pode influenciar para os estudantes não terem segurança sobre as normas internacionais de contabilidade, porém as bibliografias adotadas em sala de aula atualizadas com a Lei 11.638/07 estão contribuindo para uma melhor compreensão, já que a biblioteca das instituições ainda precisa melhorar o acervo bibliográfico.

O presente trabalho limita-se a estudar a percepção dos estudantes do curso de contabilidade das Universidades Públicas da Paraíba, delimitando a amostra pelos alunos do 4º ao 9º período.

Os resultados limitam-se à amostra pesquisada e ao período delimitado não podendo ser extrapolados em diferentes períodos.

Acredita-se que a agregação de outros indicadores e abordagens teóricas poderá fomentar a discussão sobre os possíveis impactos da convergência das normas internacionais de contabilidade para a academia. Diversos eventos recebem artigos sobre a temática, como por exemplo, os congressos ANPCONT, ENANPAD, e Congresso USP, além dos conselhos de contabilidade, engrandecendo o trabalho dos diversos pesquisadores.

ABSTRACT

Given the requirement to meet the requirements arising from the convergence with international accounting standards, notes the commitment of the academies in instructing students in the operationalization of accounting procedures. This article aims to analyze the perception of the level of knowledge of Students of Accounting for Public Universities in the State of Paraíba on the Convergence of Accounting Standards. The research method was descriptive in design literature. The approach to the problem was to obtain quantitative data through a structured questionnaire. Having universe as research students enrolled from 4 th to 9 th period of public universities in the state of Paraíba Accounting Course. The tabulation and analysis were performed using Microsoft Excel 2007 tool. The main results show that the

perceived level of knowledge of the students are classified as "good" compared Accounting Standards, but was identified difficulties in understanding some pronouncements . Only three students UEPB - Campina Grande Campus represented 1% of the total sample agreed the questionnaire in its entirety.

Key-words: Convergence. Accounting Standards. Teaching Method.

REFERÊNCIAS

ARMOND; Marcio Castellan; AVELINO Bruna Mendes; NASCIMENTO Eduardo Mendes. **A Percepção de Estudantes de Cursos de Ciências Contábeis em Relação ao Ensino da Disciplina Contabilidade Internacional e à Adoção das Normas Internacionais no Brasil.** XI Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. Disponível em: <<http://congressousp.fipecafi.org/web/artigos142014/38.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

BRASIL. **Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007.** Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 19 mai. 2014.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIARIOS. **Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Anteprojeto de Reformulação da Lei Nº 6.404/76** Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/atos/leis/anteprojeto.asp>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC.** Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

FREIRE; Mac Daves de Morais, MACHADO; Michele Rílany Rodrigues, MACHADO; Lúcio Souza, SOUZA; Emerson Santana, OLIVEIRA; Johnny Jorge. **Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras.** Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 6 n. 15 (2012) p. 3-22. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/rco/article/view/52654/56538>>. Acesso em 20 mai. 2014.

GIROTTTO, Maristela. **O Brasil e a adoção do padrão contábil internacional.** Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n. 167, p.7-19, setembro/outubro 2007.

GRECCO, Marta Cristina Pelucio. **O Efeito da convergência brasileira às IFRS no gerenciamento de resultados das empresas abertas brasileiras não financeiras.** Brazilian Business Review, v. 10, n. 4, p. 117-140, 2013. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/17676/o-efeito-da-convergencia-brasileira-as-ifrs-no-gerenciamento-de-resultados-das-empresas-abertas-brasileiras-nao-financeiras>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

GUIMARÃES, Leda Maria; PALÚCIO, Natália Figueiredo. **O profissional contábil diante da convergência das normas contábeis.** Disponível em: <http://www.fucape.br/premio_excelencia_academica/upld/trab/11/36.pdf> Acesso em: 22 abr. 2014.

LEMES, Sirlei; CARVALHO, L. Nelson. **Contabilidade Internacional para Graduação.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____; SILVA, Miriã Gonçalves e. **A experiência de empresas brasileiras na adoção das IFRS**. Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, v.18, n. 3, p. 37-58, julho/setembro 2007. Disponível em:<
<http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/332>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

LAFFIN, M. **De contador a professor: a trajetória da docência no ensino superior de contabilidade**. 2002, 191f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2002b.

LEITE, Joubert da Silva Jerônimo. **Normas Contábeis Internacionais – uma visão para o futuro**. Caderno da FACECA, Campinas, v. 11, n.1, p. 51-65, janeiro/junho 2002.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PEREIRA, Ednei Moraes. **Avaliação do nível de conhecimento dos discentes sobre normas internacionais face ao processo de convergência do IASB** - uma análise nas Instituições de ensino do distrito federal. Dissertação (mestrado) Programa Multi-Institucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN . Brasília, 2011. Disponível em:
<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8699/1/2011_EdneiMoraesPereira.pdf>. Acesso em 07 mai. 2014.

SILVA, Hamylla Haianny Araújo. **Impairment Test: Um estudo sobre o nível de conhecimento dos alunos do curso de Ciências Contábeis das Universidades Públicas do Estado da Paraíba**. 2014. 20 folhas. Trabalho de conclusão de curso – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

VILLELA, Mônica Vanessa Encinas. **Uma reflexão sobre a necessidade de harmonização contábil mundial baseada em uma comparação entre normas de *business combination* do IASB, do FASB e do Brasil**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n. 164, p.23-35, março/abril 2007.

APÊNDICE I

Tabela 02 – Base de dados SPELL

Publicações	Título dos Artigos	Ano de Publicação
Pensar Contábil	Comentários sobre a evidenciação das operações de arrendamento mercantil no contexto da convergência com as práticas contábeis internacionais: o caso do Petróleo Brasileiro S/A.	2009
Revista Gestão & Tecnologia	Convergência da Contabilidade aos padrões internacionais.	2009
Revista de Administração Pública	Regulação da contabilidade: teorias e análise da convergência dos padrões contábeis brasileiros aos IFRS.	2009
Contabilidade Vista & Revista	Impacto da convergência para as IFRS na análise financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto.	2009
Revista Universo Contábil	Convergencia internacional en materia de subvenciones: referencia a los Derechos de Emisión de Gei.	2010
Revista de Contabilidade e Organizações	Convergência contábil na área pública: uma análise das percepções dos auditores de TCEs, contadores e gestores públicos.	2010
Revista Contabilidade & Finanças - USP	Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras	2011
Revista Contabilidade & Finanças - USP	Convergência de fato ou de direito? A influência do sistema jurídico na aceitação das normas internacionais para pequenas e médias empresas.	2011
Pensar Contábil	Convergência contábil na administração pública federal: caso das instituições federais de ensino do Estado do Rio de Janeiro.	2011
Contabilidade, Gestão e Governança	Plano de contas e convergência aos padrões internacionais: estudo comparativo entre as propostas dos governos brasileiro e espanhol.	2012
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	Empresas de Auditoria e o Compliance com o Nível de Evidenciação Obrigatório Durante o Processo de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil.	2012
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade aplicadas ao setor público e o desafio da convergência: uma análise comparativa – IPSAS e NBCTSP	2012
Revista de Educação e Pesquisa em	Impacto do processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade na relevância das	2012

Contabilidade	informações contábeis	
Advances in Scientific and Applied Accounting	Convergência internacional: análise da relação entre o processo normativo e a composição dos membros do IASB	2013
Revista Universo Contábil	Análise da relevância da informação contábil no Brasil num contexto de convergência às normas internacionais de contabilidade	2013
Pensar Contábil	A trajetória da convergência contábil no Brasil: um exemplo de capacidade de superação e adaptação	2013
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade,	Impacto da convergência às normas contábeis internacionais no Brasil sobre o conteúdo informacional da Contabilidade	2013
Contabilidade, Gestão e Governança	Grau de aproximação entre a Contabilidade Gerencial e a Contabilidade Financeira em função de convergência às normas do IASB	2013
Brazilian Business Review	O Efeito da convergência brasileira às IFRS no gerenciamento de resultados das empresas abertas brasileiras não financeiras	2013

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor.(2014)

APÊNDICE II

Questionário estruturado aplicado aos formandos das Universidades Públicas do Estado da Paraíba do Curso de Ciências Contábeis.

1- PERFIL DOS RESPONDENTES

1. Gênero:

Masculino Feminino

2. Faixa Etária:

- Até 20 anos
- 21 à 24 anos
- 25 à 29 anos
- 30 à 34 anos
- 35 à 39 anos
- Acima de 40 anos

3. Em qual Universidade você estuda?

- UFCG
- UEPB – Campus Campina Grande

4. Cursa qual Período ou Semestre?

- Do 4º ao 5º Semestre.
- Do 6º ao 7º Semestre.
- Do 8º ao 9º Semestre.

() 10º Semestre.

Utilize a escala abaixo de acordo com sua concordância com as afirmações abaixo.

1	2	3	4	5	6
Nunca (0%)	Quase Nunca (Menos de 20%)	Algumas Vezes (Menos de 50%)	A maioria das vezes (Acima de 51%)	A maior parte das vezes (Próximo de 80%)	Sempre (100%)

2 - IDENTIFICAÇÃO DO MÉTODO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.

5. Com que frequência os professores utilizam como método de ensino:											
Aula expositiva						1	2	3	4	5	6
Pequenos grupos						1	2	3	4	5	6
Aula baseada em solução de problemas						1	2	3	4	5	6
Outros. Quais?						1	2	3	4	5	6
6. Com que frequência é feita a fixação do conteúdo por:											
Listas de exercícios						1	2	3	4	5	6
Leituras adicionais						1	2	3	4	5	6
Estudos de caso						1	2	3	4	5	6
Outro. Quais?						1	2	3	4	5	6
7. Os professores dominam o conteúdo da disciplina.						1	2	3	4	5	6
8. Compreendo com facilidade o conteúdo das disciplinas.						1	2	3	4	5	6
9. Os professores cumprem o plano de ensino com rigor.						1	2	3	4	5	6
10. Os professores discutem o plano de ensino e acolhem sugestões dos alunos quanto a: metodologia, bibliografia, conteúdo e avaliação.						1	2	3	4	5	6
11. As bibliografias adotadas em sala de aula são todas atualizadas com a Lei 11.638 /07 e 11.941/09.						1	2	3	4	5	6
12. O acervo bibliográfico da sua instituição de ensino é renovado após a mudança da legislação, como quando da publicação da Lei 11.638/07 e 11.941/09.						1	2	3	4	5	6
13. Após a promulgação da Lei 11.638/07, tenho participado de cursos/ eventos sobre as IFRS e os CPC's.						1	2	3	4	5	6
14. O professor utiliza em sala de aula demonstrações financeiras padronizadas em IFRS de empresas listadas na Bolsa de Valores para ilustrar o conteúdo ministrado.						1	2	3	4	5	6

Utilize a escala abaixo de acordo com sua concordância com as afirmações abaixo.

1	2	3	4	5	6
Péssimo (0%)	Ruim (Menos de 20%)	Fraco (Menos de 50%)	Regular (Acima de 51%)	Bom (Próximo de 80%)	Excelente (100%)

3 - NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE CONVERGÊNCIA DAS NORMAS

Como você considera seu conhecimento nos seguintes conteúdos?											
15. Estrutura conceitual para elaboração das demonstrações contábeis.						1	2	3	4	5	6
16. Redução ao valor recuperável dos ativos (<i>Impairment test</i>).						1	2	3	4	5	6
17. Demonstração dos fluxos de caixa.						1	2	3	4	5	6
18. Ativos intangíveis						1	2	3	4	5	6
19. Arrendamento Mercantil.						1	2	3	4	5	6
20. Ajuste a valor presente.						1	2	3	4	5	6
21. Contratos de construção.						1	2	3	4	5	6

22. Combinação de Negócios (<i>Goodwill</i>).	1	2	3	4	5	6
23. Primazia da essência econômica das operações sobre a forma.	1	2	3	4	5	6
24. As normas contábeis não são mais elaboradas baseadas em regras ou leis.	1	2	3	4	5	6
25. Mensuração a valor justo (<i>Fair value</i>).	1	2	3	4	5	6
26. Instrumentos e Derivativos Financeiros.	1	2	3	4	5	6
27. Pesquisa e Desenvolvimento.	1	2	3	4	5	6
28. Estoques	1	2	3	4	5	6
29. Ativo Imobilizado	1	2	3	4	5	6
30. Receitas	1	2	3	4	5	6
31. Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	1	2	3	4	5	6
32. Resultado por Ação	1	2	3	4	5	6
33. Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas	1	2	3	4	5	6
34. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	1	2	3	4	5	6
35. Divulgação de Participações em outras Entidades	1	2	3	4	5	6
36. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	1	2	3	4	5	6

37. De acordo com o seu conhecimento, indique nas opções abaixo aquelas que ocorreram antes ou depois da Convergência as Normas Internacionais de Contabilidade.

	ANTES	DEPOIS
Obrigatoriedade de apresentação da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para as companhias abertas.		
Classificação das contas do Ativo e do Passivo nos grupos “Circulante” e “Não Circulante”.		
O Ativo Permanente é composto pelos subgrupos “investimento, Imobilizado e Diferido”		
Obrigatoriedade para as pequenas e médias empresas quanto à elaboração das seguintes demonstrações financeiras: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração do Fluxo de Caixa, acompanhadas de Notas Explicativas.		
No balanço as contas do Ativo serão registradas nos grupos Ativo Circulante, Realizável a Longo Prazo e Permanente, enquanto as contas do Passivo serão classificadas nos grupos Passivo Circulante, Exigível a Longo Prazo, Resultados de Exercícios Futuros e Patrimônio Líquido		
Obrigatoriedade de divulgação da Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos (DOAR) para as companhias abertas.		
Adequação da obrigatoriedade de apresentação das Demonstrações Financeiras às Micro e Pequenas Empresas.		
Com relação às Demonstrações Financeiras, a entidade pode apresentar os componentes do resultado como parte de uma única demonstração do resultado abrangente ou em uma demonstração do resultado separada.		
As demonstrações que fazem parte do conjunto completo de demonstrações financeiras para as companhias abertas no Brasil são: Demonstração de Resultado; Demonstrações de Resultado Abrangente; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração da Posição Financeira; Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido.		

